

Parecer nº 152/99

Data: 199.09.22

Processo nº 699

Requerente: Luís Miguel Gama Leal Chapas

Requerido: Serviço Sub-Regional de Setúbal do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

1. Os pedidos

Luís Miguel Gama Leal Chagas, em 27 de Agosto de 1999, formulou ao Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) dois pedidos:

- a) o de que se dignasse “tomar as medidas necessárias para que o recurso hierárquico apresentado ao Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo – Serviço Sub-Regional de Setúbal – em 6 de Julho de 1999 (...)” o qual, até àquela data, não tinha merecido qualquer resposta, a obtivesse “o mais rapidamente possível”;
- b) o de que fossem enviadas todas as certidões dos documentos já solicitados e referidos nos parágrafos 6 e 7 da petição de recurso anexa à queixa, a fim de poder ser apresentado recurso contencioso.

2. Apreciação

2.1. Relativamente ao primeiro dos pedidos apresentados, cumpre referir que não cabe no âmbito das competências da CADA, elencadas na lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e

pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho –, proceder a diligências com vista a que a Administração seja pressionada a dar resposta a recursos hierárquicos.

De facto, o recurso hierárquico interposto, sem resposta no prazo legal fixado e salvo havendo lugar a nova instrução ou a diligências complementares, considera-se tacitamente indeferido (cfr. artigo 175, nº 3, do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº 442/91, de 15 de Novembro, e alterado pelo Decreto-Lei nº 6/96, de 31 de Janeiro).

2.2.A queixa referente à falta de envio de todas as certidões dos documentos referidos nos parágrafos 6 e 7 da petição de recurso, essa, sim, é procedente, visto que o requerente tem direito de acesso a tais documentos e à sua reprodução (cfr. artigos 7º, nº 1, 8º, nº 1, e 12º, nº 1, alínea c), da LADA e artigo 62º do CPA).

De facto, esses documentos são os que contêm os fundamentos de facto e de direito da decisão de que foi interposto recurso hierárquico, bem como a Circular nº 13, de 13.07.94, da Direcção–Geral da Segurança Social, que terá sido invocada na referida decisão. Ora trata-se de documentos administrativos, sujeitos à regra do livre acesso.

Refira-se, por outro lado, que não há que renovar a *solicitação por escrito do pedido (artigo 13º da LADA)*, já que deverá considerar-se que o mesmo seguiu - por via da petição de recurso - a forma que a lei prescreve.

3. Conclusão

Em razão de quanto antecede, a CADA deliberou aprovar a seguinte conclusão:

3.1. Não cabe no quadro das competências da CADA diligenciar no sentido de que a Administração dê uma (rápida) resposta aos recursos hierárquicos apresentados;

3.2.O requerente tem direito de acesso aos documentos que refere nos pontos 6 e 7 da petição de recurso e a que sejam passadas as pretendidas certidões.

Lisboa, 22 de Setembro de 1999.

Branca Amaral (Relatora) – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)